



**Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais**

**Relatório Consolidado**

**Unidade: AMINAS ASSOCIACAO MINEIRA DE ASSISTENCIA A SAUDE**

**Município: BOM JESUS DO GALHO/MG**



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



## Relatório Consolidado

### I - DADOS BÁSICOS

**Finalidade:** Auditoria Especial

**Entidade Responsável:** AMINAS ASSOCIACAO MINEIRA DE ASSISTENCIA A SAUDE

**CPF/CNPJ:** 21.074.919/0001-08

**Município/UF:** BOM JESUS DO GALHO-MG

**Unidade Visitada:** AMINAS ASSOCIACAO MINEIRA DE ASSISTENCIA A SAUDE

**CPF/CNPJ:** 21.074.919/0001-08

**Município/UF:** BOM JESUS DO GALHO/MG **Demandante:**

Setores Internos da SES

**Forma:** Direta

**Objeto:** Assistência- geral

**Abrangência:** junho/2018 a dez/2018

**Gestão do Prestador:** Estadual

**Fase(s):**

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Análítica	13/03/2019	17/04/2019
Execução - In loco	22/04/2019	25/04/2019
Relatório	29/04/2019	18/05/2019

**Tarefa Nº:** 94659

**Natureza da Entidade:** Privado sem fins lucrativos-filantrópico

### II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

**JOEL TRISTAO JUNIOR**

**Cargo:** Diretor Presidente

**Exercício:** Desde 18/01/2013

### III - INTRODUÇÃO

#### FATOR DESENCADEANTE

Atividade homologada e encerrada em: 14/01/2022 10:48:19

Auditoria nº 569



Mensagem eletrônica (e-mail), de 12/11/2018, enviada pelo Núcleo de Regulação da Superintendência Regional de Saúde (SRS) de Coronel Fabriciano, encaminhando ata de reunião da Comissão Intergestores Regional (CIR), realizada entre representantes da SRS e profissionais dos municípios de Bom Jesus do Galho e de São Domingos das Dores, à Diretoria de Auditoria Assistencial da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (DAA/SES-MG), para conhecimento e apuração de fatos, com prováveis irregularidades na Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e no Hospital AMINAS (Associação Mineira de Assistência à Saúde), do município de Bom Jesus do Galho. Diante dos fatos, a DAA/SES-MG, através do Memorando.SES/SUBREG-SMACSS-DAA.nº152/2019, programou a realização de Auditoria Especial no Hospital AMINAS, para apuração dos fatos denunciados, com abrangência no período de junho a dezembro de 2018.

#### OBJETIVO E ESCOPO DA AUDITORIA:

- Apurar, com base nos fatos denunciados, a ocorrência de irregularidades nos encaminhamentos dos pacientes a outras unidades, observando: se houve avaliação médica prévia, o fluxo seguido, a regulação do acesso e os profissionais responsáveis pelo transporte;
- Avaliar se as escalas de profissionais médicos de plantão e de sobreaviso na instituição estão sendo cumpridas;
- Verificar se o hospital disponibiliza o profissional ortopedista em plantão alcançável, de acordo com a habilitação de Hospital Geral de Urgência Nível III;
- Apurar ocorrência de cobrança indevida ao SUS em procedimentos cirúrgicos realizados em caráter particular dos usuários B.P.V, R.L.O e R.A.M.

#### CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DA AUDITORIA

Conforme dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), de 13/03/2019, o Hospital AMINAS caracterizava-se como um Hospital Geral, situado no município de Bom Jesus do Galho-MG (CNES-2760738 e CNPJ-21.074.919/0001-08), estabelecimento de saúde sob gestão Estadual e ofertava ao Sistema Único de Saúde (SUS) 48 leitos, sendo: 28 cirúrgicos, 07 clínicos, 10 obstétricos e 03 pediátricos. Pertencente à microrregião de Caratinga, atendia à população local (de 15.541 habitantes) e referenciada, com procedimentos ambulatoriais e de internação. Tratava-se de uma associação privada - entidade beneficente, sem fins lucrativos, filantrópica. Realizava procedimentos de média complexidade, com atendimento de Urgência e Emergência e executava serviços de: atenção à saúde reprodutiva, diagnóstico por imagem, diagnóstico por laboratório clínico, diagnóstico por métodos gráficos dinâmicos, hemoterapia e oftalmologia. O Hospital AMINAS tinha Contrato Assistencial com a SES/MG nº 006/2015, de 10/04/15, no valor mensal de R\$ 57.149,75, para prestação de serviços ambulatoriais e hospitalares de média complexidade. O hospital fazia parte da Rede Resposta, classificado como Hospital Geral da Rede Resposta de Urgência e Emergência (U/E) Nível III, desde dezembro de 2016, atuando como entidade beneficiária do programa Rede de Urgência e Emergência, como referência para uma população acima de 100.000 habitantes.

Registra-se que, por meio do Ofício nº 026, de 12/11/2018, o hospital solicitou à SES-MG rescisão do Contrato de Prestação de Serviços nº 0006/2015, tendo encerrado todas as suas atividades (SUS e particulares), em 12/03/2019, conforme declaração do Presidente da Instituição (Sr. J.T.J.), elaborada para a equipe de auditoria, em 24/04/2019.

#### IV - METODOLOGIA

##### FASE ANALÍTICA

Realizada de 13/03/19 a 17/04/19. Durante essa fase, foram analisados relatórios extraídos do CNES, referentes ao Hospital AMINAS, as legislações e os documentos enviados, via e-mails, pela DAA/SES-MG e pela SRS/Coronel Fabriciano, vigentes no período de abrangência da auditoria (junho a dezembro de 2018). Tais documentos são relacionados à assistência ambulatorial, hospitalar e à Rede de Urgência e Emergência. Nessa fase,

Atividade homologada e encerrada em: 14/01/2022 10:48:19

Auditoria nº 569



foram elaborados os fatos e as questões de auditoria; as matrizes de coleta e análise de informações, bem como o cronograma das atividades contempladas na auditoria, sendo todos esses documentos discutidos e analisados, via videoconferências, com o Núcleo de Planejamento da DAA/SES-MG e a equipe dos auditores das Superintendências Regionais de Saúde envolvidas na execução da auditoria (Governador Valadares e Diamantina). Também nessa fase, foram elaborados os documentos para a comunicação de auditoria e apresentação dos auditores, além dos termos de declaração e do termo de auditoria da unidade auditada.

Cabe uma ressalva acerca de um dos fatos relacionados na demanda de auditoria, a saber: O Hospital AMINAS está determinando quais municípios realizarão cirurgias eletivas na entidade e quantos procedimentos cada um tem direito. Em relação a essas cirurgias (que são objeto dessa auditoria), é importante registrar algumas informações obtidas pela equipe, durante a fase analítica da auditoria:

- No ano de 2018, o Hospital AMINAS realizou o montante de 131 procedimentos cirúrgicos eletivos de catarata, distribuídos nos meses de setembro (68 procedimentos) e novembro (63 procedimentos), sendo todos apresentados para faturamento no mês de dezembro de 2018.
- A execução desses procedimentos foi normatizada pela Portaria GM/MS nº 2.895, de 12 de setembro de 2018, legislação que não exigiu que fosse deliberado em Comissão Intergestores Bipartite (CIB) quais seriam os municípios executores das cirurgias, conforme informado à DAA/SES-MG, pela Diretoria de Programação Pactuada Integrada/SES-MG, por meio do Memorando SES/SUBREGSPA-DPPI nº 40/2019. Ainda segundo esta Diretoria, "considerando o curto prazo de tempo para a execução da referida portaria, não seria possível a realização de pactuação; sendo assim, ficou definido através de Nota Informativa apresentada em CIB, a seguinte definição de rateio financeiro e fluxo de atendimento para o período de vigência da referida portaria: os territórios deveriam discutir, no âmbito da CIR, as regras e critérios para as referências intermunicipais".
- A Portaria GM/MS nº 2.895/2018 foi apresentada pela Coordenadora de Regulação da SRS de Coronel Fabriciano, na Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Regional (CIR) de Caratinga nº 138, realizada em 02/10/2018. Na ata dessa reunião não estão detalhadas informações acerca do processo de realização das cirurgias. Nota-se, ainda, que a primeira fase das cirurgias eletivas de catarata do município de Bom Jesus do Galho ocorreu em 28/09/2018, data anterior a da referida reunião.
- Na Reunião Ordinária da CIR de Caratinga nº 139, ocorrida em 06/11/2018, as cirurgias eletivas de catarata foram novamente pautadas. Uma profissional da SRS de Coronel Fabriciano informou que os municípios tinham até 31/12/2018 para executar as cirurgias, de acordo com a Portaria GM/MS nº 2.895/2018 e com a Nota Informativa apresentada em CIB/SUS/MG. Nesse momento, um participante da reunião informou que o Hospital de Bom Jesus do Galho distribuiu as cotas de cirurgias eletivas aleatoriamente e o mesmo solicitou a criação de uma comissão para discutir com o gestor do município a respeito da organização do fluxo dessas cirurgias. Registra-se que uma Comissão SES/COSEMS foi nomeada para monitorar a execução da estratégia de cirurgias eletivas de catarata, no Hospital AMINAS; contudo, a equipe de auditoria não identificou, nas atas de reuniões enviadas pela SRS de Coronel Fabriciano, as ações de monitoramento realizadas por parte da referida comissão.
- Ainda na ata da Reunião Ordinária da CIR de Caratinga nº 139, consta que a referida profissional da SRS de Coronel Fabriciano informou sobre a realização de uma reunião, na mesma data, com o município de Bom Jesus do Galho, para tratar da questão e solicitou que cada gestor enviasse para o prestador o nome dos pacientes, com cópia para SRS de Coronel Fabriciano. Depois dessa reunião, surgiu a demanda para realização da presente auditoria, assim como da auditoria que ocorreu na SMS de Bom Jesus do Galho, concomitantemente a esta.

Com base nestas informações, concluiu-se que não caberia apurar o fato inicialmente descrito (determinação de municípios e de cotas para realização das cirurgias de catarata, pelo Hospital AMINAS). Em contrapartida, não seria pertinente negligenciar as responsabilidades do Hospital AMINAS na execução desses procedimentos cirúrgicos, tendo em vista a sua condição como prestador de serviços ao SUS. Assim, diante da avaliação da documentação referente aos 131 procedimentos cirúrgicos eletivos realizados no hospital, foram identificadas irregularidades, de responsabilidade da referida instituição, sendo as mesmas apresentadas em constatações presentes neste relatório.

Ademais, cabe registrar que foi considerada a importância das ações de regulação da SMS de Bom Jesus do Galho (a responsável pela gestão da saúde no município) sobre a execução desses procedimentos cirúrgicos, tendo em vista as atribuições obrigatórias deste órgão, estabelecidas no arcabouço legal do SUS, e, portanto, passíveis de auditoria, sendo as mesmas apresentadas em constatações presentes no relatório da auditoria realizada na SMS de Bom Jesus do Galho.

#### FASE OPERATIVA

Atividade homologada e encerrada em: 14/01/2022 10:48:19

Auditoria nº 569



Foi realizada a Auditoria Operativa Especial no Hospital AMINAS, no período de 22 a 25 de abril de 2019. Nessa fase, o representante legal da instituição (Sr. J.T.J.) não pôde estar presente por motivo de trabalho e enviou uma declaração (em atendimento à solicitação da equipe de auditoria, feita por telefone), indicando uma funcionária do Hospital (A.M.G.P.) para acompanhar a equipe de auditoria e disponibilizar "*dentro de suas possibilidades e área de conhecimento*" a documentação solicitada, por meio do Ofício SES/SUBREG-SMACSS-DAA nº. 242/2019, de 09/04/2019 (Comunicação de auditoria).

A funcionária A.M.G.P. forneceu todas as Fichas de Atendimento Ambulatorial (FAA) e as Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) dos meses de junho a dezembro de 2018 e declarou não poder disponibilizar os demais documentos solicitados (a seguir citados), por desconhecer a localização dos mesmos: livros/registros contábeis, relatórios do SUS-Fácil dos pacientes transferidos, registros de saídas das ambulâncias, escalas de plantões médicos presenciais e alcançáveis, escalas dos plantões da ortopedia, contratos dos médicos presenciais e alcançáveis, folhas de ponto dos médicos presenciais e alcançáveis, registros dos atendimentos da ortopedia - todos relativos ao período de junho a dezembro de 2018.

A equipe analisou, no local, 700 FAA referentes aos meses de junho a dezembro de 2018, por amostragem de 100 FAA/mês, além de 140 AIH, referentes ao mesmo período, por amostragem de 20 AIH/mês. Ademais, foram analisados os 131 prontuários referentes às cirurgias eletivas de catarata realizadas no hospital, nos meses de setembro e novembro de 2018.

No dia 24/04/19, houve visita à usuária B.P.V., residente em Caratinga, bem como à usuária R.L.O., residente em Bom Jesus do Galho, para oitivas; sendo possível ouvir apenas a primeira, uma vez que a segunda encontrava-se em viagem, segundo informação de uma vizinha. Em 25/04/18, houve visita ao usuário R.A.M, em Santana do Paraíso, para oitiva.

A atividade foi encerrada em 25/04/2019, com a assinatura do Termo de Auditoria por duas testemunhas (funcionárias do Hospital), devido à ausência do representante legal da Instituição.

#### LIMITAÇÕES

As limitações da auditoria decorreram do encerramento das atividades do Hospital Aminas, em 12/03/2019 (com demissão de todos os seus funcionários) e se referem à falta de quase toda a documentação requerida e à ausência de possíveis declarantes, o que não permitiu identificar, averiguar e elaborar as seguintes possíveis constatações (conformes ou não conformes), previstas nas matrizes de coleta e de análise de informações dessa auditoria:

- O Hospital AMINAS realizou cobrança de consultas dos pacientes do SUS, no Serviço de Urgência e Emergência: questão não identificada, pois o hospital não disponibilizou os livros/registros contábeis, além de que o declarante responsável pelo setor de cobrança/tesouraria e os declarantes responsáveis pela coordenação médica e de enfermagem não estavam presentes na instituição;
- Pacientes foram transferidos para outras instituições sem regulação do SUS-Fácil: questão não averiguada devido à ausência do Diretor Clínico (declarante) e à não apresentação do Relatório do SUS-Fácil dos pacientes transferidos;
- O Hospital AMINAS encaminhou pacientes, na condição de emergência, sem ser acompanhado por médico: questão não elaborada pela ausência dos declarantes (enfermeira responsável e profissional que realizou o transporte) e pelo não fornecimento dos registros de saídas das ambulâncias;
- O Hospital AMINAS não contou com ortopedista alcançável em plantão de Urgência e Emergência, enquanto habilitado como Hospital Geral de Urgência Nível III: questão não elaborada, devido ao não fornecimento dos seguintes documentos solicitados, referentes ao período denunciado (junho a dezembro de 2018): escalas de plantões dos médicos ortopedistas, contratos dos médicos ortopedistas, folhas de ponto dos ortopedistas e registros dos atendimentos dos ortopedistas;
- O Hospital AMINAS não cumpriu com as escalas de plantão de médicos presenciais e alcançáveis no período de junho a dezembro de 2018: questão não averiguada, devido ao não fornecimento das documentações solicitadas, referentes ao período em apuração (junho a dezembro de 2018): escalas de plantões dos médicos presenciais e alcançáveis, contratos dos médicos presenciais e alcançáveis, folhas de ponto dos médicos presenciais e alcançáveis, livro de ocorrências e registros de atendimentos dos médicos presenciais e alcançáveis.



Ademais, a seguinte questão: "Houve dupla cobrança pela cirurgia realizada no dia 13/06/18 na paciente R.L.O." não foi apurada, uma vez que não foi efetuada a oitiva/declaração da usuária, pois a mesma não se encontrava em sua residência (estava viajando), conforme informação de uma vizinha.

Já no que se refere às constatações que trataram de autorizações de AIH em nome de profissionais não atuantes, bem como de possíveis irregularidades durante a realização das cirurgias eletivas de catarata, no segundo semestre de 2018, as limitações se deram em decorrência da ausência do responsável legal da instituição, bem como de profissionais das áreas administrativa e assistencial e de documentos necessários ao esclarecimento total das questões.

#### V - CONSTATAÇÕES

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 572312

**Subgrupo:** Assistência Ambulatorial

**Item:** Referência/Contra-referência

**Constatação:** O Hospital AMINAS não encaminhou irregularmente pacientes do SUS do Serviço de Urgência e Emergência para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24 horas.

**Evidência:** Verificou-se, através de análises no local, por amostragem, as Fichas de Atendimento Ambulatorial (FAA) - 100 FAA/mês, referentes aos meses de junho a dezembro de 2018, arquivadas no Hospital AMINAS, que não houve encaminhamento de pacientes para a UPA 24 horas.

\* Tal fato está de acordo com a Portaria GM/MS nº 2048/2002 - Capítulo III, Itens 2 e 2.1, Capítulo V - Atendimento Hospitalar - Unidades Hospitalares de Atendimento às Urgências e Emergências, Item 2.1.5 e Capítulo VI - Transferências e Transporte Inter-hospitalar - Item 2.b.

**Fonte da Evidência:** - 700 FAA referentes aos meses de junho a dezembro de 2018 (amostra de 100 FAA/mês), analisadas no Hospital AMINAS, durante a auditoria operativa, dia 23/4/19.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 572350

**Subgrupo:** Assistência Ambulatorial

**Item:** Acesso/Atendimento à Demanda

**Constatação:** O Hospital AMINAS encaminhou pacientes do SUS do Serviço de Urgência e Emergência, classificados como amarelo, verde e azul, para outras instituições, sem avaliação médica.

**Evidência:** Verificou-se, através de análises no local, por amostragem, as FAA (100 FAA/mês, referentes aos meses de junho a dezembro de 2018, arquivadas no Hospital AMINAS) que houve encaminhamentos de pacientes do SUS atendidos no

Atividade homologada e encerrada em: 14/01/2022 10:48:19

Auditoria nº 569



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Serviço de Urgência e Emergência, com classificação amarelo, verde e azul, sem avaliação médica para Unidades Básicas de Saúde (UBS), tendo ocorrido, a cada mês, nas seguintes proporções, do total das 100 FAA analisadas/mês: junho = 6%, julho = 2%, agosto = 1%, setembro = 1%, outubro e novembro = 0% e dezembro = 1%.

\* Tal fato está em desacordo com a Resolução CFM nº 2077/2014, Artigo 3º.

**Fonte da Evidência:** -700 FAA referentes aos meses de junho a dezembro de 2018 (amostra de 100 FAA/mês), analisadas no Hospital AMINAS, durante a auditoria operativa - dia 24/4/19.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Em documento "À Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Referente: Ofícios SES/AUDSUS 691 e 692/2019", respectivamente, o Hospital AMINAS (pessoa jurídica) e o Sr. Joel Tristão Júnior (pessoa física) apresentaram esclarecimentos sobre a "Constatação 572350: Denúncia infundada. Jamais a Unidade Hospital deixou de acolher pacientes em seus serviços de Urgência e Emergência e quem faz a triagem são profissionais qualificados no protocolo de atendimento".

**Análise da Justificativa:** As justificativas da pessoa jurídica - AMINAS e da pessoa física - Sr. Joel Tristão Júnior não comprovaram que não houve encaminhamentos de pacientes do SUS atendidos no Serviço de Urgência e Emergência, com classificação amarelo, verde e azul, sem avaliação médica para Unidades Básicas de Saúde (UBS), conforme verificado nas FAA (100 FAA/mês, referentes aos meses de junho a dezembro de 2018, arquivadas no Hospital AMINAS). Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 572412

**Subgrupo:** Assistência Hospitalar

**Item:** Faturamento/Produção/cobranças SUS

**Constatação:** Houve dupla cobrança pela cirurgia realizada no dia 13/06/2018 na paciente B.P.V.

**Evidência:** Verificou-se, através da declaração da paciente B.P.V., que a mesma realizou procedimento cirúrgico (colecistectomia) no Hospital AMINAS, em caráter particular, e que não conseguiu no momento da oitiva localizar o recibo do pagamento realizado; também foi feita a cobrança do procedimento ao SUS, verificada pela análise do prontuário da paciente no hospital com emissão de AIH Nº311810155390-8 e regulação da cirurgia pelo SUS-Fácil MG. Em 28/06/19, após a realização da auditoria operativa, a paciente B.P.V. encaminhou à Superintendência Regional de Saúde, A/C do Núcleo Macrorregional de Auditoria Assistencial Leste, o RECIBO do pagamento efetuado em 13/06/18 ao AMINAS, no valor de R\$1.190,00 (um mil e cento e noventa reais).

\* Tal fato está em desacordo com a Portaria MS/SAS nº 113/1997, Item 2.1; com a Lei nº 4.320/1964, Artigos 62 e 63; e com a Lei nº 8.429/1992, Artigo 5º.

**Fonte da Evidência:** -Declaração da paciente B.P.V. do dia 24/4/19;

Atividade homologada e encerrada em: 14/01/2022 10:48:19

Auditoria nº 569





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



- Prontuário da paciente B.P.V. arquivado no Hospital AMINAS (AIH - 311810155390-8) analisado "in loco" no dia 24/4/19 e cópia da Regulação do procedimento autorizado pelo SUS-Fácil;
- Recibo do pagamento efetuado pela paciente B.P.V., em 13/06/18, ao AMINAS, no valor de R\$1.190,00 (um mil e cento e noventa reais), recebido em 28/06/19, no Núcleo Macrorregional de Auditoria Assistencial Leste.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Em documento "À Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Referente: Ofícios SES/AUDSUS 691 e 692/2019", respectivamente, o Hospital AMINAS (pessoa jurídica) e o Sr. Joel Tristão Junior (pessoa física) apresentaram esclarecimentos sobre a "Constatação 572412: A direção da Unidade Hospitalar não tem conhecimento sobre quaisquer tipos de cobrança de procedimentos cirúrgicos. Solicitamos que nos fosse apresentado o recibo padronizado da instituição constando pagamento de procedimento cirúrgico? Em alguns casos, pacientes as vezes pagavam consultas, avaliações e exames pré-operatórios. E os valores que a paciente disse que pagou pelo procedimento cirúrgico é o valor praticado por um procedimento particular? O valor de mercado de uma cirurgia de colecistectomia particular é no mínimo três vezes maior a este valor. Portanto não concordamos em ressarcir este valor porque não foi realizada cobrança em duplicidade pelo procedimento cirúrgico. Solicitamos a não ressarcimento deste valor."

**Análise da Justificativa:** As justificativas da pessoa jurídica - AMINAS e da pessoa física - Sr. Joel Tristão Júnior não comprovaram que não houve cobrança em caráter particular do procedimento cirúrgico - colecistectomia. A paciente localizou o recibo do pagamento feito ao "AMINAS", o qual foi utilizado como fonte de evidência para a constatação, e possui elementos suficientes para ser identificado como pertencente à instituição e para comprovar se tratar de pagamento à cirurgia realizada. Também foi feita a cobrança do procedimento ao SUS, verificada pela análise do prontuário da paciente no hospital, com emissão de AIH Nº311810155390-8 e regulação da cirurgia pelo SUS-Fácil MG.

Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado e medida corretiva de Ordem de Devolução (devolução imediata com recursos próprios) do valor original da AIH de R\$695,77 (seiscentos e noventa e cinco reais e setenta e sete centavos), atualizado, à Conta Corrente nº 8491-3, Agência nº 1615-2, Banco do Brasil (Fundo Estadual de Saúde), e subsequente comunicação do fato constatado ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em razão do disposto na Lei Complementar Federal nº 141/2012, Artigo 27. A atualização deverá considerar o período compreendido entre a data do fato gerador (constante da Proposição de Devolução) e a data do efetivo recolhimento. A atualização monetária deverá ser feita pela taxa SELIC (aplicar juros), utilizando o índice constante do "Sistema de Débito" (Programa de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União - TCU no endereço: <http://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>). **Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Adotar providências legais no sentido de recompor de imediato ao Fundo Estadual de Saúde, com recurso próprio, o valor original atualizado, conforme indicado no campo "PROPOSIÇÃO DE DEVOLUÇÃO".

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
AMINAS ASSOCIACAO MINEIRA DE ASSISTENCIA A SAUDE	21.074.919/0001-08

Atividade homologada e encerrada em: 14/01/2022 10:48:19

Auditoria nº 569





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



## Relatório Consolidado

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 572435

**Subgrupo:** Assistência Hospitalar

**Item:** Faturamento/Produção/cobranças SUS

**Constatação:** Houve dupla cobrança pela cirurgia realizada no dia 13/06/2018 no paciente R.A.M.

**Evidência:** Verificou-se, através da declaração do paciente R.A.M., que o mesmo realizou procedimento cirúrgico (hemorroidectomia) no Hospital AMINAS, em caráter particular, e que não conseguiu no momento da oitiva localizar o recibo do pagamento realizado; também foi feita a cobrança do procedimento ao SUS, verificada pela análise do prontuário do paciente no hospital, com emissão de AIH Nº 311810155393-0 e regulação pelo SUS-Fácil MG da cirurgia.

**Fonte da Evidência:** -Declaração do paciente R.A.M., do dia 25/4/19;  
-Prontuário do paciente R. A. M. arquivado no Hospital AMINAS (AIH - nº 311810155393-0) analisado "in loco" no dia 24/4/19 e cópia da Regulação do procedimento autorizado pelo SUS-Fácil. **Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Em documento "À Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Referente: Ofícios SES/AUDSUS 691 e 692/2019", respectivamente, o Hospital AMINAS (pessoa jurídica) e o Sr. Joel Tristão Júnior (pessoa física) apresentaram esclarecimentos sobre a "Constatação 572435: A direção da Unidade Hospitalar não tem conhecimento sobre quaisquer tipos de cobrança de procedimentos cirúrgicos. Solicitamos que nos fosse apresentado o recibo padronizado da instituição constando pagamento de procedimento cirúrgico? Em alguns casos, pacientes as vezes pagavam consultas, avaliações e exames pré-operatórios. E os valores que a paciente disse que pagou pelo procedimento cirúrgico é o valor praticado por um procedimento particular? O valor de mercado de uma cirurgia de hemorroidectomia particular é no mínimo três vezes maior a este valor. Portanto não concordamos em ressarcir este valor porque não foi realizada cobrança em duplicidade pelo procedimento cirúrgico. Solicitamos a não ressarcimento deste valor."

**Análise da Justificativa:** As justificativas da pessoa jurídica - AMINAS e da pessoa física - Sr. Joel Tristão Júnior não comprovaram que não houve dupla cobrança pelo procedimento cirúrgico (hemorroidectomia) no Hospital AMINAS, em caráter particular, como declarado pelo usuário. Foi feita a cobrança do procedimento ao SUS, verificada pela análise do prontuário do paciente no hospital, com emissão de AIH Nº 311810155393-0 e regulação pelo SUS-Fácil MG da cirurgia, porém devido a falta de prova documental concreta - recibo do pagamento, acatada parcialmente a justificativa do auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Parcialmente

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 572535

**Subgrupo:** Assistência Hospitalar/Ambulatorial

**Item:** Documentação/Prontuários

Atividade homologada e encerrada em: 14/01/2022 10:48:19

Auditoria nº 569



**Constatação:** O Hospital AMINAS não apresentou a documentação solicitada em auditoria.

**Evidência:**

Em visita ao Hospital AMINAS, nos dias 22 a 25 de abril de 2019, foi solicitada à funcionária A.M.G.P. a documentação requerida anteriormente através do Ofício SES/SUBREG-SMACSS-DAA nº 242/2019 (Comunicação de Auditoria). O presidente do Hospital AMINAS, no momento da auditoria, enviou por e-mail declaração comunicando a impossibilidade de sua presença, o encerramento das atividades do hospital em 12/03/2019, a demissão de todos os funcionários e também, delegando à funcionária acima citada a função de acompanhar à equipe de auditores e fornecer documentos, dentro das suas possibilidades e área de conhecimento.

A funcionária em questão não forneceu a documentação abaixo relacionada, declarando desconhecer a localização da mesma: Livro de Registros Contábeis; Relatório do SUS-Fácil dos pacientes transferidos; Registro de saída da ambulância; Escala de plantão dos médicos ortopedistas da U/E do período de junho/2018 a dezembro/2018; Contratos de todos os médicos ortopedistas, folhas de ponto e registro de atendimento dos mesmos, no período acima citado; Escala de plantão dos médicos presenciais e alcançáveis da Urgência e Emergência relativo ao mesmo período.

\* Tal fato está em desacordo com o Decreto Federal nº 1651/1995, Artigo 11; Termo de Compromisso 83/5233 Cláusula Segunda, inciso II, alínea z.

**Fonte da Evidência:**

- Declaração da funcionária A.M.G.P., de 24/04/2019;
- Declaração do Presidente do Hospital AMINAS (J. T. J.), de 24/04/2019.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Em documento "À Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Referente: Ofícios SES/AUDSUS 691 e 692/2019", respectivamente, o Hospital AMINAS (pessoa jurídica) e o Sr. Joel Tristão Júnior (pessoa física) não apresentaram esclarecimentos/justificativas sobre a Constatação 572535.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Análise da Justificativa:** Em documento "À Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Referente: Ofícios SES/AUDSUS 691 e 692/2019", respectivamente, o Hospital AMINAS (pessoa jurídica) e o Sr. Joel Tristão Júnior (pessoa física) não apresentaram esclarecimentos/justificativas sobre a Constatação 572535. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não apresentou justificativa

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 574052

**Subgrupo:** Assistência Ambulatorial

**Item:** Documentação/Prontuários

**Constatação:** Irregularidades na execução dos procedimentos cirúrgicos eletivos de catarata ocorridos no Hospital AMINAS, pela inobservância da necessidade de autorização prévia.

**Evidência:** Durante a auditoria, verificou-se que os 131 Laudos para Solicitação/Autorização de Procedimentos Ambulatoriais (APAC), referentes aos procedimentos cirúrgicos eletivos de catarata, realizados no Hospital AMINAS, no segundo semestre de 2018 (68 procedimentos em 28/09/2018 e 63 em 09/11/2018) foram autorizados pela profissional médica R.A.B. (CRM MG 63.063), em 17/12/2018, data posterior as de realização dos procedimentos. Constatou-se, portanto, que os procedimentos foram realizados sem autorização prévia, descumprindo o previsto em legislação.

\* Tal fato está em desacordo com o Manual Técnico Operacional SIA/SUS - Sistema de Informações Ambulatoriais, versão de março/2010 - aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º, Item 3.4 - Fluxo dos Atendimentos e a Captação da Produção; Item 6.2 - Procedimentos que exigem autorização prévia e Item 6.3.4 - Preenchimento dos Campos do Laudo de APAC.

**Fonte da Evidência:**

- Arquivo digital das APAC apresentadas pelo município de Bom Jesus do Galho em dezembro de 2018, referentes às cirurgias eletivas de catarata realizadas no Hospital AMINAS, no segundo semestre de 2018, enviados pela Superintendência Regional de Saúde de Coronel Fabriciano, em resposta à solicitação da Diretoria de Auditoria Assistencial da SES-MG;
- Prontuários, verificados in loco, dos 131 usuários atendidos no mutirão de cirurgia eletiva de catarata, realizado no segundo semestre de 2018.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio de Documento s/n, datado de 06 de novembro de 2019, o Sr. Joel Tristão Júnior (como representante legal da Pessoa Jurídica e Pessoa Física notificada) apresentou justificativa para esta constatação, da seguinte forma: Denúncia infundada. Quem é responsável por auditar, regular e autorizar as AIHs e APACs é o médico regulador do Município que o prestador está localizado. O município de Bom Jesus do Galho como não estava fazendo o pagamento do médico regulador, o mesmo não estava comparecendo na Unidade Hospitalar. E mesmo o médico não comparecendo, os municípios através das Secretarias Municipais de Saúde acompanhavam todos os procedimentos, pois eles que autorizavam no sistema.

**Análise da Justificativa:** A justificativa apresentada não demonstra que o prestador não executou procedimentos cirúrgicos eletivos de catarata antes da autorização dos mesmos pelo médico autorizador de APAC do município de Bom Jesus do Galho. O auditado afirma que os municípios de origem dos pacientes, através das Secretarias Municipais de Saúde, acompanhavam todos os procedimentos (autorizavam no sistema); contudo, a legislação mencionada no campo Evidência define que a competência de autorização é do médico autorizador do município sede do estabelecimento

Atividade homologada e encerrada em: 14/01/2022 10:48:19

Auditoria nº 569



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



(Bom Jesus do Galho). Além disso, essa legislação estabelece o fluxo para autorização de procedimentos ambulatoriais que, como no caso da cirurgia de catarata, exigem autorização prévia, por meio do laudo de APAC. Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 573983

**Subgrupo:** Assistência Ambulatorial

**Item:** Documentação/Prontuários

**Constatação:** Utilização indevida de Laudos para Solicitação/Autorização de Procedimentos Ambulatoriais (APAC) durante a realização dos procedimentos cirúrgicos eletivos de catarata, ocorridos no Hospital AMINAS, no segundo semestre de 2018, com preenchimento de campos destinados ao profissional solicitante e ao profissional autorizador.

**Evidência:** Durante a auditoria operativa, constatou-se que o Hospital AMINAS utilizou, indevidamente, os laudos das APAC referentes aos 131 procedimentos cirúrgicos eletivos de catarata, que ocorreram na Instituição em 28/09/2018 e 09/11/2018. Verificou-se que os laudos em questão foram completamente preenchidos na própria Instituição, sendo que em 100% deles, identificou-se as seguintes irregularidades:

a) No que se refere aos campos destinados à SOLICITAÇÃO, houve identificação do nome do profissional B.T.N. (o formulário utilizado foi impresso com esse campo já preenchido), bem como a assinatura e o carimbo deste profissional, no campo correspondente, existindo nesse achado irregularidade, considerando que:

- Conforme declarado pela funcionária A.M.G.P., tais campos foram preenchidos no dia da execução dos procedimentos, demonstrando a inexistência do fluxo do atendimento que exige autorização prévia, que estabelece que após solicitação, haja encaminhamento do laudo ao órgão autorizador para execução das ações previstas em legislação, incluindo o registro do nome do estabelecimento de saúde onde deveria ser realizado o atendimento.

- O profissional B.T.N. é o médico que coordenou a equipe responsável pela execução do procedimento no Hospital AMINAS e os campos de solicitação são destinados aos médicos que atenderam os usuários antes de sua chegada ao prestador e que, de fato, identificaram a necessidade do procedimento e realizaram a solicitação do mesmo. Registra-se que os médicos responsáveis pelas solicitações foram identificados, durante a auditoria, à análise dos encaminhamentos presentes nos prontuários dos usuários, sendo 100% deles distintos do profissional B.T.N.

b) No que se refere ao campo AUTORIZAÇÃO, verificou-se que o formulário utilizado (impresso com esse campo já preenchido) possuía o nome da autorizadora: J.T.S., CNS: 980016289844593, estando, portanto, desatualizado, uma vez que em todos os laudos havia assinatura e carimbo de outra profissional autorizadora, a saber: R.A.B., CNS: 706003822646648.

\* Tais fatos estão em desacordo com o Manual Técnico Operacional SIA/SUS - Sistema de Informações Ambulatoriais, versão de março/2010 (aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º), Item 3.4 - Fluxo dos atendimentos e a Captação da Produção; Item 6.2 - Procedimentos que exigem autorização prévia e Item 6.3.4 - Preenchimento dos Campos do Laudo de APAC/Seção Autorização.

**Fonte da Evidência:** - Bloco de Laudos para Solicitação/Autorização de Procedimentos Ambulatoriais (APAC) verificados no Hospital AMINAS, durante a auditoria operativa, utilizados para registro dos procedimentos que ocorreram em 09/11/2018; - Prontuários,

Atividade homologada e encerrada em: 14/01/2022 10:48:19

Auditoria nº 569



verificados in loco, dos 131 usuários atendidos no mutirão de cirurgia eletiva de catarata, realizado no segundo semestre de 2018;

- Arquivo digital das APAC apresentadas pelo município de Bom Jesus do Galho em dezembro de 2018, referentes às cirurgias eletivas de catarata realizadas no Hospital AMINAS, no segundo semestre de 2018, enviados pela Superintendência Regional de Saúde de Coronel Fabriciano, em resposta à solicitação da Diretoria de Auditoria Assistencial da SES-MG;

- Termos de Informação da funcionária A.M.G.P., de 24/04/2019.

#### Conformidade: Não Conforme

**Justificativa:** Por meio de Documento s/n, datado de 06 de novembro de 2019, o Sr. Joel Tristão Júnior (como representante legal da Pessoa Jurídica e Pessoa Física notificada) apresentou justificativa para esta constatação, da seguinte forma:

A direção da Unidade Hospitalar não concorda que as APACs foram preenchidas de forma errônea. Executamos mais de 4.000 procedimentos em APACs (cirurgias de cataratas) entre os anos de 2013 e 2018 e todas as APACs passaram pelo médico regulador e pelo Núcleo de Regulação da Secretaria de Estado de Saúde de Coronel Fabriciano para conferência, autorização e processamento. Porque desde o ano de 2013 o Núcleo de Regulação da SES/MG não nos orientou? Todos os prestadores de serviços hospitalares que executaram os procedimentos de cataratas utilizam a forma de preenchimento das APACs praticado pelo Hospital Aminas.

**Análise da Justificativa:** Na justificativa apresentada, o auditado afirma que essa é a forma de preenchimento das APACs praticada na Instituição, desde 2013 e diz que não concorda que o preenchimento ocorre de forma errônea. Contudo, a equipe de auditoria mantém o entendimento de que os laudos de APAC foram utilizados pelo prestador de forma que contraria a legislação vigente, pelos fatos já descritos na Evidência, a saber: a) Os laudos foram completamente preenchidos no Hospital Aminas, nos dias de execução dos procedimentos cirúrgicos, o que demonstra descumprimento do fluxo do atendimento que exige autorização prévia; b) Nos campos destinados ao registro da SOLICITAÇÃO, de 100% das APAC, constavam dados do profissional B.T.N.; contudo, em nenhum dos casos, este foi, de fato, o profissional solicitante (aquele que atendeu os usuários antes de sua chegada ao prestador e identificou a necessidade de realização da cirurgia); c) Havia campos destinados ao AUTORIZADOR, previamente preenchidos no formulário padrão elaborado pela Instituição, com dados da profissional J.T.S, médica que deixou de exercer a função de autorizadora no município de Bom Jesus do Galho, desde 01/01/2017. Dessa forma, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 573984

**Subgrupo:** Assistência Ambulatorial

**Item:** Documentação/Prontuários

**Constatação:** Preenchimento incorreto e incompleto de Laudos para Solicitação/Autorização de Procedimentos Ambulatoriais (APAC) referentes à realização dos procedimentos cirúrgicos eletivos de catarata, ocorridos no Hospital AMINAS, no segundo semestre de 2018.

**Evidência:** Durante a auditoria operativa, constatou-se o preenchimento incorreto e incompleto dos Laudos para Solicitação/Autorização de APAC referentes aos procedimentos cirúrgicos eletivos de catarata, ocorridos no Hospital AMINAS, em 28/09/2018 e 09/11/2018. À análise dos 131 laudos, verificou-se que:

a) Há preenchimento incorreto de campo referente à IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE: 44,3% dos laudos (58) possuem erro na informação referente ao município de residência do usuário: apesar de ter sido informado que os usuários eram residentes em

Atividade homologada e encerrada em: 14/01/2022 10:48:19

Auditoria nº 569



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



- Bom Jesus do Galho, verificou-se que tais usuários têm origens distintas (comprovadas por meio da documentação pessoal que compõe os prontuários), sendo elas: São Domingos do Prata (12), Caratinga (10), Dionísio (5), Santana do Paraíso (3), Iapu (3), Córrego Novo (3), Periquito (3), Piedade de Caratinga (2), Marliéria (2), Braúnas (2), Santa Rita de Minas (2), Engenheiro Caldas (1),
- Antônio Dias (1), Ipaba (1), Mesquita (1), Ervália (1), Timóteo (1), Orizânia (1), São Geraldo do Baixo (1), Jequeri (1), Guanhães (1) e Ipatinga (1);
- b) Há preenchimento incompleto dos campos pertencentes à JUSTIFICATIVA DO(S) PROCEDIMENTO(S) SOLICITADO(S): 100% dos laudos das cirurgias realizadas no dia 09/11/2018 (63) possuem no campo DESCRIÇÃO DO DIAGNÓSTICO somente a informação "OE" ou "OD"; ademais, esses mesmos laudos encontram-se sem preenchimento do campo de CID 10 PRINCIPAL;
- c) Há preenchimento incompleto dos campos de SOLICITAÇÃO: 100% dos laudos das cirurgias realizadas no dia 09/11/2018 não possuem data da solicitação do procedimento.

\* Tais fatos estão em desacordo com o Manual Técnico Operacional SIA/SUS - Sistema de Informações Ambulatoriais, versão de março/2010 (aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º), Item 3.4 - Fluxo dos Atendimentos e a Captação da Produção; Item 6.2 - Procedimentos que exigem autorização prévia e Item 6.3.4 - Preenchimento dos Campos do Laudo de APAC/Seção Autorização.

**Fonte da Evidência:**

- Prontuários, verificados in loco, dos 131 usuários atendidos no mutirão de cirurgia eletiva de catarata, realizado no segundo semestre de 2018;
- Arquivo digital das APAC apresentadas pelo município de Bom Jesus do Galho em dezembro de 2018, referentes às cirurgias eletivas de catarata realizadas no Hospital AMINAS, no segundo semestre de 2018, enviados pela Superintendência Regional de Saúde de Coronel Fabriciano, em resposta à solicitação da Diretoria de Auditoria Assistencial da SES-MG.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio de Documento s/n, datado de 06 de novembro de 2019, o Sr. Joel Tristão Júnior (como representante legal da Pessoa Jurídica e Pessoa Física notificada) apresentou justificativa para esta constatação, da seguinte forma: Preenchimento incorreto e incompleto de APACs.

Não temos nenhum conhecimento e responsabilidade sobre estas informações, porque quem envia os pacientes para procedimentos são os Municípios com agendamento feito por telefone diretamente com as Secretarias Municipais de Saúde e momento do preenchimento do local da residência é o paciente ou acompanhante que informa.

**Análise da Justificativa:** Na justificativa apresentada, o auditado afirma que não tem nenhum conhecimento e responsabilidade sobre as informações dos laudos de APAC. Contudo, a equipe de auditoria mantém o entendimento de que a responsabilidade pelo preenchimento incorreto e incompleto dos referidos laudos foi do Hospital Aminas, tendo em vista que esses laudos foram completamente preenchidos na Instituição e que, portanto, a fidedignidade dos dados deveria ter sido garantida pela mesma. Dessa forma, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Grupo:** Assistência Média e Alta Complexidade

**Constatação Nº:** 573892

Atividade homologada e encerrada em: 14/01/2022 10:48:19

Auditoria nº 569





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Subgrupo:** Assistência Ambulatorial

**Item:** Faturamento/Produção/cobranças SUS

**Constatação:** Divergência entre procedimentos cirúrgicos eletivos apresentados pelo Hospital AMINAS, ao SUS, no segundo semestre de 2018, para fins de faturamento e os procedimentos efetivamente realizados.

**Evidência:** Durante a auditoria operativa, a partir da análise de prontuários dos 131 usuários que foram submetidos a cirurgias eletivas, no Hospital AMINAS, nos meses de setembro e novembro de 2018, observou-se que em 15 deles (11,5%) há discrepância entre o procedimento informado na APAC para fins de faturamento (Código 04.05.05.037-2 Facoemulsificação com implante de lente intraocular dobrável) e o efetivamente realizado, conforme registros nos prontuários (Código 04.05.05.0364 - Tratamento cirúrgico de pterígio). Observou-se, ainda, que em 09 casos havia encaminhamento médico para realização do procedimento cirúrgico de exérese de pterígio e nos demais (06 casos), inexistia qualquer tipo de encaminhamento médico. Ressalta-se que se trata de procedimentos com valores distintos na Tabela SUS: respectivamente, R\$ 771,60 e R\$ 209,55, além de o Tratamento cirúrgico de pterígio não ser um procedimento previsto na Relação dos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos contemplados pela Estratégia de Expansão do Acesso (Relação estabelecida no Anexo II da Portaria que regulamentou a execução dos Procedimentos do final de 2018).

A seguir, estão identificados os usuários submetidos às cirurgias para exérese de pterígio, com as iniciais dos seus nomes, datas de nascimento (DN) e números de APAC: C.E.S. (DN: 20/07/1956; APAC nº 3118600102090); G.C.A. (DN: 31/12/1998; APAC nº 3118600102266); N.P. (DN: 22/04/1960; APAC nº 3118600102376); J.M.O. (DN: 16/11/1957; APAC nº 3118600102354); F.C.O. (DN: 28/01/1976; APAC nº 3118600102607); W.P.S. (DN: 10/06/1969; APAC nº 3118600102101); V.M.S.S. (DN: 16/08/1971; APAC nº 3118600102080); M.B.R.C. (DN: 20/05/1959; APAC nº 3118600102629); J.A.D.A. (DN: 19/03/1983; APAC nº 3118600102178); J.F.G. (DN: 12/08/1950; APAC nº 3118600102255); E.C.D. (DN: 15/05/1963; APAC nº 3118600102277); J.V.N. (DN: 26/06/1981; APAC nº 3118600102299); C.F.N.M. (DN: 22/08/1952; APAC nº 3118600102630); A.M.G.P. (DN: 01/07/1986; APAC nº 3118600102728) e M.F.P. (DN: 10/09/1955; APAC nº 3118600102541).

\* Tal fato está em desacordo com a Portaria nº 2.895/2018, Artigos 2º e 4º e Anexo II; com a Lei 4320/1964, Artigos 62 e 63, e com a Lei nº 8.429/1992, Artigo 5º.

**Fonte da Evidência:**

- Prontuários, verificados in loco, dos 131 usuários atendidos no mutirão de cirurgia eletiva de catarata, realizado no segundo semestre de 2018;
- Arquivo digital das APAC apresentadas pelo município de Bom Jesus do Galho em dezembro de 2018, referentes às cirurgias eletivas de catarata realizadas no Hospital AMINAS, no segundo semestre de 2018, enviados pela Superintendência Regional de Saúde de Coronel Fabriciano, em resposta à solicitação da Diretoria de Auditoria Assistencial da SES-MG;
- Documento com o resultado de pesquisa realizada no Tabwin/DATASUS e no Banco de Dados do SIA/SUS, sobre as cirurgias de cataratas apresentadas pelo município de Bom Jesus do Galho, nas competências de fevereiro e dezembro de 2018, enviados pela Diretoria de Informação em Saúde da SES-MG, em resposta à solicitação da Diretoria de Auditoria Assistencial da SES-MG.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** Por meio de Documento s/n, datado de 06 de novembro de 2019, o Sr. Joel Tristão Júnior (como representante legal da

Atividade homologada e encerrada em: 14/01/2022 10:48:19

Auditoria nº 569



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Pessoa Jurídica e Pessoa Física notificada) apresentou justificativa para esta constatação, da seguinte forma:

Divergência entre procedimentos cirúrgicos eletivos apresentados pela Unidade Hospitalar ao SUS para fins de faturamento e os procedimentos realizados.

Nos causou surpresa a discrepância identificada pela auditoria entre os procedimentos realizados e faturados. Foi constatado pela auditora que 15 (quinze) procedimentos faturados como cataratas eram tratamentos de pterígios. Deve ter acontecido alguma confusão do setor de faturamento, pois os procedimentos de pterígio estavam identificados nas APACS e não deveriam ser apresentados. Estavam separados e com identificação no verso feito pelos médicos. E nos causou mais surpresa ainda que nesta oportunidade apresentamos a esta auditoria 59 (cinquenta e nove) APACs de cirurgias de cataratas realizadas em Novembro/2018 e que não foram apresentadas e nem faturadas.

Como apresentaríamos 15 (quinze) procedimentos de pterígio de forma indevida se temos 59 (cinquenta e nove) procedimentos de cataratas que não foram apresentados?

O que efetivamente aconteceu foi um equívoco do setor de faturamento que ao invés de apresentar procedimentos de cataratas apresentou procedimentos de pterígios. O médico regulador e o Núcleo de Regulação da SES/Coronel Fabriciano não detectaram esta discrepância?

Solicitamos que após estes esclarecimentos e apresentação das cópias das 59 (cinquenta e nove) APACs de procedimentos de cataratas, essa auditoria reconsidere que não agimos de má fé e que podemos substituir as APACs e consequentemente ficássemos isentos de ressarcir os valores desses procedimentos.

#### Análise da Justificativa:

Na manifestação apresentada, o auditado não refutou a irregularidade constatada, mas a reafirmou,

informando que ocorreu um equívoco, por parte do setor de faturamento que, ao invés de apresentar procedimentos de cataratas, apresentou procedimentos de tratamento de pterígios. O auditado alegou ainda que havia 59 procedimentos de cataratas que não foram apresentados, nem faturados e encaminhou, em anexo, uma lista com os nomes dos usuários atendidos, juntamente com os seus respectivos prontuários. Contudo, a partir da análise da documentação apresentada, concluiu-se que todos esses 59 usuários já tinham sido considerados no montante das 131 APAC apresentadas pelo prestador, para faturamento, no mês de dezembro de 2018. Cabe ressaltar, ainda, que esses prontuários fazem parte da documentação já avaliada pela equipe de auditores, durante a auditoria operativa realizada no Hospital, em abril de 2019. Além disso, em sua justificativa, o auditado informou que "deve ter acontecido alguma confusão do setor de faturamento, pois os procedimentos de pterígio estavam identificados nas APACS e não deveriam ser apresentados". Entretanto, diferentemente do que argumentou auditado, a equipe de auditoria verificou que nos 15 casos em que foram realizadas cirurgias de pterígio (conforme prontuários dos pacientes), os procedimentos apresentados nas APAC foram de facoemulsificação com implante de lente intraocular dobrável e não de pterígio. Tal circunstância sugere até mesmo afastar a hipótese suscitada pelo auditado de "confusão do setor de faturamento". Por fim, avaliando-se o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado, da medida corretiva de Ordem de Devolução (devolução imediata com recursos próprios) do valor original de R\$ 11.574,00, atualizado, à Conta Corrente nº 8491-3, Agência nº 1615-2, Banco do Brasil (Fundo Estadual de Saúde), e subsequente comunicação do fato constatado ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em razão do disposto na Lei Complementar Federal nº 141/2012, Artigo 27. A atualização deverá considerar o período compreendido entre a data do fato gerador (constante da Proposição de Devolução) e a data do efetivo recolhimento. A atualização monetária deverá ser feita pela taxa SELIC (aplicar juros), utilizando o índice constante do "Sistema de Débito" (Programa de Atualização de Débito do Tribunal de Contas da União - TCU no endereço: <http://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>).

#### Acatamento da Justificativa: Não

**Recomendação:** Adotar providências legais no sentido de recompor de imediato ao Fundo Estadual de Saúde, com recurso próprio, o valor original atualizado, conforme indicado no campo "PROPOSIÇÃO DE DEVOLUÇÃO". **Destinatários da Recomendação**

Nome

CPF/CNPJ

Atividade homologada e encerrada em: 14/01/2022 10:48:19

Auditoria nº 569



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



AMINAS ASSOCIACAO MINEIRA DE ASSISTENCIA A SAUDE

21.074.919/0001-08

### VI - PROPOSIÇÃO DA DEVOLUÇÃO

#### 1- Prejuízo: Sim

##### 1.1 - Fundo de Origem: Federal

##### 1.1.1 - Devolução p/ o Fundo: Estadual

##### 1.1.1.1 - Bloco de Financiamento: Não financiado por bloco

**Data Fato Gerador:** 28/09/2018 **Devolução Nº:** 348305 **Constatação Nº:** 573892

**Complemento do Bloco:** Divergência entre os procedimentos cirúrgicos eletivos apresentados, pelo Hospital Aminas, ao SUS, no segundo semestre de 2018, para fins de faturamento e os procedimentos efetivamente realizados.

**Documentos Comprobatórios:**

- Prontuários, verificados na Instituição, dos 15 usuários submetidos à cirurgia para exérese de pterígio, atendidos no mutirão de cirurgia eletiva de catarata, realizado no segundo semestre de 2018;
- Arquivo digital das APAC apresentadas pelo município de Bom Jesus do Galho em dezembro de 2018, referentes às cirurgias eletivas de catarata realizadas no Hospital Aminas, no segundo semestre de 2018, enviados pela Superintendência Regional de Saúde de Coronel Fabriciano, em resposta à solicitação da Diretoria de Auditoria Assistencial da SES-MG;
- Documento com o resultado de pesquisa realizada no Tabwin/DATASUS e no Banco de Dados do SIA/SUS, sobre as cirurgias de cataratas apresentadas pelo município de Bom Jesus do Galho, nas competências de fevereiro e dezembro de 2018, enviado pela Diretoria de Informação em Saúde da SESMG, em resposta à solicitação da Diretoria de Auditoria Assistencial da SES-MG.

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
APAC	3118600102090	Divergência entre o procedimento cirúrgico eletivo apresentado, pelo Hospital Aminas, ao SUS, no segundo semestre de 2018, para fins de faturamento e o procedimento efetivamente realizado, referente à usuária C.E.S.	771,60

**Fundamento Legal:** Portaria nº 2.895/2018, Artigos 2º e 4º e Anexo II;

com a Lei nº 4.320/1964, Artigos 62 e 63, e com a Lei nº 8.429/1992, Artigo 5º.

Atividade homologada e encerrada em: 14/01/2022 10:48:19

Auditoria nº 569



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



## Relatório Consolidado

APAC	3118600102266	Divergência entre o procedimento cirúrgico eletivo apresentado, pelo Hospital Amins, ao SUS, no segundo semestre de 2018, para fins de faturamento e o procedimento efetivamente realizado, referente à usuária G.C.A.	771,60
------	---------------	--	--------

**Fundamento Legal:** Portaria nº 2.895/2018, Artigos 2º e 4º e Anexo II;  
com a Lei nº 4.320/1964, Artigos 62 e 63, e com a Lei nº 8.429/1992, Artigo 5º.

APAC	3118600102376	Divergência entre o procedimento cirúrgico eletivo apresentado, pelo Hospital Amins, ao SUS, no segundo semestre de 2018, para fins de faturamento e o procedimento efetivamente realizado, referente à usuária N.P.	771,60
------	---------------	--	--------

**Fundamento Legal:** Portaria nº 2.895/2018, Artigos 2º e 4º e Anexo II;  
com a Lei nº 4.320/1964, Artigos 62 e 63, e com a Lei nº 8.429/1992, Artigo 5º.



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



### Relatório Consolidado

APAC	3118600102354	Divergência entre o procedimento cirúrgico eletivo apresentado, pelo Hospital Aminas, ao SUS, no segundo semestre de 2018, para fins de faturamento e o procedimento efetivamente realizado, referente ao usuário J.M.O.	771,60
<b>Fundamento Legal:</b> Portaria nº 2.895/2018, Artigos 2º e 4º e Anexo II; com a Lei nº 4.320/1964, Artigos 62 e 63, e com a Lei nº 8.429/1992, Artigo 5º.			
APAC	3118600102607	Divergência entre o procedimento cirúrgico eletivo apresentado, pelo Hospital Aminas, ao SUS, no segundo semestre de 2018, para fins de faturamento e o procedimento efetivamente realizado, referente ao usuário F.C.O.	771,60
<b>Fundamento Legal:</b> Portaria nº 2.895/2018, Artigos 2º e 4º e Anexo II; com a Lei nº 4.320/1964, Artigos 62 e 63, e com a Lei nº 8.429/1992, Artigo 5º.			
APAC	3118600102101	Divergência entre o procedimento cirúrgico eletivo apresentado, pelo Hospital Aminas, ao SUS, no segundo semestre de 2018, para fins de faturamento e o procedimento efetivamente realizado, referente ao usuário W.P.S.	771,60
<b>Fundamento Legal:</b> Portaria nº 2.895/2018, Artigos 2º e 4º e Anexo II; com a Lei nº 4.320/1964, Artigos 62 e 63, e com a Lei nº 8.429/1992, Artigo 5º.			
APAC	3118600102080	Divergência entre o procedimento cirúrgico eletivo apresentado, pelo Hospital Aminas, ao SUS, no segundo semestre de 2018, para fins de faturamento e o procedimento efetivamente realizado, referente à usuária V.M.S.S.	771,60
<b>Fundamento Legal:</b> Portaria nº 2.895/2018, Artigos 2º e 4º e Anexo II; com a Lei nº 4.320/1964, Artigos 62 e 63, e com a Lei nº 8.429/1992, Artigo 5º.			

Atividade homologada e encerrada em: 14/01/2022 10:48:19

Auditoria nº 569



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



### Relatório Consolidado

APAC		Divergência entre o procedimento cirúrgico eletivo apresentado, pelo Hospital Aminas, ao SUS, no segundo semestre de 2018, para fins de	771,60
	3118600102629	faturamento e o procedimento efetivamente realizado, referente à usuária M.B.R.C.	
		<b>Fundamento Legal:</b> Portaria nº 2.895/2018, Artigos 2º e 4º e Anexo II; com a Lei nº 4.320/1964, Artigos 62 e 63, e com a Lei nº 8.429/1992, Artigo 5º.	
APAC	3118600102178	Divergência entre o procedimento cirúrgico eletivo apresentado, pelo Hospital Aminas, ao SUS, no segundo semestre de 2018, para fins de faturamento e o procedimento efetivamente realizado, referente ao usuário J.A.D.A.	771,60
		<b>Fundamento Legal:</b> Portaria nº 2.895/2018, Artigos 2º e 4º e Anexo II; com a Lei nº 4.320/1964, Artigos 62 e 63, e com a Lei nº 8.429/1992, Artigo 5º.	
APAC	3118600102255	Divergência entre o procedimento cirúrgico eletivo apresentado, pelo Hospital Aminas, ao SUS, no segundo semestre de 2018, para fins de faturamento e o procedimento efetivamente realizado, referente ao usuário J.F.G.	771,60
		<b>Fundamento Legal:</b> Portaria nº 2.895/2018, Artigos 2º e 4º e Anexo II; com a Lei nº 4.320/1964, Artigos 62 e 63, e com a Lei nº 8.429/1992, Artigo 5º.	
APAC	3118600102277	Divergência entre o procedimento cirúrgico eletivo apresentado, pelo Hospital Aminas, ao SUS, no segundo semestre de 2018, para fins de faturamento e o procedimento efetivamente realizado, referente ao usuário E.C.D.	771,60
		<b>Fundamento Legal:</b> Portaria nº 2.895/2018, Artigos 2º e 4º e Anexo II; com a Lei nº 4.320/1964, Artigos 62 e 63, e com a Lei nº 8.429/1992, Artigo 5º.	





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



### Relatório Consolidado

APAC	Divergência entre o procedimento cirúrgico eletivo apresentado, pelo Hospital Aminas, ao SUS, no segundo semestre de 2018, para fins de	771,60
------	---	--------

APAC	3118600102299 Divergência entre o procedimento cirúrgico eletivo apresentado, pelo Hospital Aminas, ao SUS, no segundo semestre de 2018, para fins de faturamento e o procedimento efetivamente realizado, referente ao usuário J.V.N.	771,60
------	--	--------

**Fundamento Legal:** Portaria nº 2.895/2018, Artigos 2º e 4º e Anexo II; com a Lei nº 4.320/1964, Artigos 62 e 63, e com a Lei nº 8.429/1992, Artigo 5º.

<b>Total da Data do Fato Gerador: 28/09/2018</b>	11.574,00
<b>Total do Bloco de Financiamento: Não financiado por bloco</b>	11.574,00
<b>Total do Fundo p/ Devolução: Estadual</b>	11.574,00
<b>Total Fundo de Origem: Federal</b>	11.574,00

**1.2 - Fundo de Origem: Estadual**



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



### Relatório Consolidado

APAC	3118600102630	Divergência entre o procedimento cirúrgico eletivo apresentado, pelo Hospital Aminas, ao SUS, no segundo semestre de 2018, para fins de faturamento e o procedimento efetivamente realizado, referente à usuária C.F.N.M.	771,60
------	---------------	---	--------

**Fundamento Legal:** Portaria nº 2.895/2018, Artigos 2º e 4º e Anexo II; com a Lei nº 4.320/1964, Artigos 62 e 63, e com a Lei nº 8.429/1992, Artigo 5º.

APAC	3118600102728	Divergência entre o procedimento cirúrgico eletivo apresentado, pelo Hospital Aminas, ao SUS, no segundo semestre de 2018, para fins de faturamento e o procedimento efetivamente realizado, referente à usuária A.M.G.P.	771,60
------	---------------	---	--------

**Fundamento Legal:** Portaria nº 2.895/2018, Artigos 2º e 4º e Anexo II; com a Lei nº 4.320/1964, Artigos 62 e 63, e com a Lei nº 8.429/1992, Artigo 5º.

APAC	3118600102541	Divergência entre o procedimento cirúrgico eletivo apresentado, pelo Hospital Aminas, ao SUS, no segundo semestre de 2018, para fins de faturamento e o procedimento efetivamente realizado, referente à usuária M.F.P.	771,60
------	---------------	---	--------

**Fundamento Legal:** Portaria nº 2.895/2018, Artigos 2º e 4º e Anexo II; com a Lei nº 4.320/1964, Artigos 62 e 63, e com a Lei nº 8.429/1992, Artigo 5º.

#### 1.2.1 - Devolução p/ o Fundo: Estadual

##### 1.2.1.1 - Bloco de Financiamento: MAC - Média e Alta Complexidade

<b>Data Fato Gerador:</b>	13/06/2018	<b>Devolução Nº:</b>	348183	<b>Constatação Nº:</b>	572412
<b>Complemento do Bloco:</b>	Dupla cobrança de cirurgia realizada no dia 13/06/18 em caráter particular na paciente B.P.V. e faturamento do procedimento pelo SUS.				
<b>Documentos Comprobatórios:</b>	Cópia da AIH nº 311810155390-8 Cópia da Regulação do procedimento autorizado pelo SUSFácil				

Atividade homologada e encerrada em: 14/01/2022 10:48:19

Auditoria nº 569



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais



### Relatório Consolidado

Visita e oitiva/declaração da usuária B.P.V.

Recibo do pagamento realizado.

Documento Tipo	Documento Nº	Motivo	Valor
AIH	3118101553908	Dupla cobrança em cirurgia realizada em caráter particular e faturada na AIH 311810155390-8.	695,77
<b>Fundamento Legal:</b> Portaria MS/SAS nº 113/1997, Item 2.1; com a Lei nº 4.320/1964, Artigos 62 e 63, e com a Lei nº 8.429/1992, Artigo 5º.			
<b>Total da Data do Fato Gerador: 13/06/2018</b>			695,77
<b>Total do Bloco de Financiamento: MAC - Média e Alta Complexidade</b>			695,77
<b>Total do Fundo p/ Devolução: Estadual</b>			695,77
<b>Total Fundo de Origem: Estadual</b>			695,77
<b>Total Prejuízo: Sim</b>			12.269,77
<b>Total Geral:</b>			12.269,77

#### Qualificação do(s) Responsável(eis)

**Nome:** JOEL TRISTAO JUNIOR

**CPF:** 525.014.776-34

**Cargo/Função:** Diretor Presidente

**Período Exercício:** Desde 18/01/2013

**Endereço Comercial:** CARATINGA/MG

**Endereço Residencial:** R VEREADOR LINDOLFO SOARES DE CARVALHO, 148, MARIA DA GLORIA, CARATINGA/MG

**Devolução Nº(s):** 348183, 348305

#### VII - RESULTADO DA DENÚNCIA

Atividade homologada e encerrada em: 14/01/2022 10:48:19

Auditoria nº 569



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Fato:** Dupla cobrança pelo procedimento cirúrgico realizado em 13/06/2018 no paciente R.L.O.

**Tipo:** Outros - Dupla cobrança Plano de Saúde e SUS **Demanda Nº:** 76193

**Fato:** O Hospital não disponibilizou ortopedista de sobreaviso enquanto Hospital Geral de Urgência Nível III.

**Tipo:** Assistência - Recursos Humanos - Disponibilidade de Profissionais de Saúde **Demanda Nº:** 76193

**Fato:** Encaminhamento irregular de pacientes do SUS do serviço de U/E para Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h).

**Tipo:** Assistência - Funcionamento - Referência e Contra Referência **Demanda Nº:** 76193

**Fato:** Dupla cobrança pelo procedimento cirúrgico realizado em 13/06/2018 no paciente B.P.V.

**Tipo:** Outros - Dupla cobrança Plano de Saúde e SUS **Demanda Nº:** 76193

**Fato:** Divergência entre as escalas de plantões médicos presenciais e alcançáveis apresentadas pelo Hospital e o seu real cumprimento;

**Tipo:** Assistência - Recursos Humanos - Disponibilidade de Profissionais de Saúde **Demanda Nº:** 76193

**Fato:** Encaminhamento de pacientes do SUS atendidos no serviço de U/E com classificação amarelo, verde e azul para outras instituições sem avaliação médica.

**Tipo:** Assistência - Funcionamento - Acesso a Consultas - Média **Demanda Nº:** 76193 Complexidade

**Fato:** Dupla cobrança pelo procedimento cirúrgico realizado em 13/06/2018 no paciente R.A.M.

**Tipo:** Outros - Dupla cobrança Plano de Saúde e SUS **Demanda Nº:** 76193

**Fato:** Encaminhamento de pacientes do SUS atendidos no serviço de U/E com classificação amarelo, verde e azul para pagamento de consultas.

**Tipo:** Cobrança - Indevida - Suplementar ao usuário **Demanda Nº:** 76193

**Fato:** Transferência de pacientes a outras instituições sem regulação pelo SUS Fácil.

**Tipo:** Assistência - Funcionamento - Referência e Contra Referência **Demanda Nº:** 76193

**Fato:** Transporte de pacientes classificados como emergência com a presença apenas de técnicos e auxiliares de enfermagem.

**Tipo:** Assistência - Funcionamento - Transporte **Demanda Nº:** 76193

## X - CONCLUSÃO

### Resultado da denúncia

Atividade homologada e encerrada em: 14/01/2022 10:48:19

Auditoria nº 569



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



1. Fato: Dupla cobrança pelo procedimento cirúrgico realizado em 13/6/18 no paciente R.L.O.

Tipo: Dupla cobrança Plano de Saúde e SUS. Demanda Nº: 76193

Resultado da denúncia: não apurada, pois não foi efetuada a oitiva da usuária em sua residência, a mesma estava viajando. Apuração: 24/4/19  
Procede: dados insuficientes.

2. Fato: O hospital não disponibilizou ortopedista de sobreaviso enquanto Hospital Geral de Urgência Nível III.

Tipo: Assistência - Recursos Humanos - Disponibilidade de Profissionais de Saúde. Demanda Nº: 76193

Resultado da denúncia: não foi possível a apuração, o hospital não apresentou a documentação solicitada. Apuração: 23/4/19  
Procede: dados insuficientes.

3. Fato: Encaminhamento irregular de pacientes do SUS do serviço de U/E para Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h).

Tipo: Assistência - Funcionamento - Referência e Contra Referência.

Demanda Nº: 76193

Resultado da denúncia: O hospital não encaminhou irregularmente pacientes do SUS do serviço de U/E para Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h).

Apuração: 23/4/19 Procede:  
não.

4. Fato: Dupla cobrança pelo procedimento cirúrgico realizado em 13/6/18 no paciente B.P.V.

Tipo: Dupla cobrança Plano de Saúde e SUS. Demanda Nº: 76193

Resultado da denúncia: comprovado que houve dupla cobrança pelo procedimento cirúrgico realizado em 13/6/18 no paciente B.P.V.  
Apuração: 24/4/19 Procede: sim..

5. Fato: Divergência entre as escalas de plantões médicos presenciais e alcançáveis apresentadas pelo hospital e o seu real cumprimento.

Tipo: Assistência - Recursos Humanos - Disponibilidade de Profissionais de Saúde. Demanda Nº: 76193

Resultado da denúncia: não foi possível a apuração, o hospital não apresentou a documentação solicitada. Apuração: 23/4/19  
Procede: dados insuficientes.

6. Fato: Encaminhamento de pacientes do SUS atendidos no serviço de U/E com classificação amarelo, verde e azul para outras instituições sem avaliação médica.

Tipo: Assistência - Funcionamento - Acesso a Consultas - Média Complexidade.

Demanda Nº: 76193

Resultado da denúncia: Houve encaminhamentos de pacientes do SUS atendidos no serviço de U/E, com classificação amarelo, verde e azul, sem avaliação médica para unidades básicas de saúde.

Apuração: 24/4/19 Procede:  
sim.

7. Fato: Dupla cobrança pelo procedimento cirúrgico realizado em 13/6/18 no paciente R.A.M.

Tipo: Dupla cobrança Plano de Saúde e SUS. Demanda Nº: 76193

Resultado da denúncia: não comprovado que houve dupla cobrança pelo procedimento cirúrgico realizado em 13/6/18 no paciente R.A.M. por falta de prova documental-recibo do pagamento.

Apuração: 25/4/19

Procede: dados insuficientes.

Atividade homologada e encerrada em: 14/01/2022 10:48:19

Auditoria nº 569



8. Fato: Encaminhamento de pacientes do SUS atendidos no serviço de U/E com classificação amarelo, verde e azul para pagamento de consultas.

Tipo: Cobrança - Indevida - Suplementar ao usuário.

Demanda Nº: 76193

Resultado da denúncia: não foi possível a apuração, o hospital não apresentou a documentação solicitada. Apuração: 23/4/19

Procede: dados insuficientes.

9. Fato: Transferência de pacientes a outras instituições sem regulação pelo SUSfácil.

Tipo: Assistência - Funcionamento - Referência e Contra Referência.

Demanda Nº: 76193

Resultado da denúncia: não foi possível a apuração, o hospital não apresentou a documentação solicitada. Apuração: 23/4/19

Procede: dados insuficientes.

10. Fato: Transporte de pacientes classificados como emergência com a presença apenas de técnicos e auxiliares de enfermagem.

Tipo: Assistência - Funcionamento - Transporte. Demanda

Nº: 76193

Resultado da denúncia: não foi possível a apuração, o hospital não apresentou a documentação solicitada. Apuração: 23/4/19

Procede: dados insuficientes.

### **Conclusão**

Transcorridas as etapas do presente processo de auditoria a equipe concluiu que os objetivos não foram plenamente alcançados, devido ao encerramento total das atividades do Hospital AMINAS em 12/03/19 e à realização da auditoria operativa de 22 a 25/04/19, período posterior ao fechamento da instituição, e também a não disponibilização de toda a documentação solicitada ao AMINAS, impossibilitando apurar a integralidade dos fatos denunciados, conforme já exposto na "seção IV – Metodologia, item Limitações" desse relatório.

Verificou-se, através da apuração realizada, que não existiram encaminhamentos irregulares de pacientes do SUS do serviço de U/E do AMINAS para Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h); que houve encaminhamento de paciente do SUS atendido no serviço de U/E, com classificação de risco amarelo, verde e azul, sem avaliação médica para unidades básicas de saúde; e que houve dupla cobrança pelo procedimento cirúrgico realizado em 13/6/18 na paciente R.A.M.